



PROGRAMA DE
EDUCAÇÃO FISCAL-RS
Aprendendo a ser Cidadão

Educação Fiscal em Foco

Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul

Edição 6

Junho/2012

Secretaria da Educação - RS
Secretaria da Fazenda - RS

Nesta Edição

Novo site do PEF/RS	1
Opinião	1
Prêmio Educação Fiscal	2
Concurso de Redação	2
Resultado das Capacitações	3
Nota Fiscal Gaúcha	3
Giro pelas Cidades	4
Você Sabia?	4
Galeria de Fotos	5

Novos Canais de Comunicação!

Confira as atualizações da Educação Fiscal no Estado no **Facebook**/educfiscalrs, **Twitter**.com/educfiscalrs e no **YouTube**.com/educfiscalrs



O Programa de Educação Fiscal/RS lançou dia 14 de junho o novo site de Educação Fiscal (www.educacaofiscal.rs.gov.br). Mais limpo e fácil de navegar, o novo portal apresenta também as atualizações do PEF/RS nas principais redes sociais como Facebook e Twitter. O local escolhido para o evento foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Yara Gaia, em Montenegro.

A solenidade contou com a presença de mais de 180 alunos, professores, pais e autoridades, como o subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, a secretária Municipal da Educação, representando o prefeito, Claudete Cecília Heberle, o delegado da Receita Federal em Santa Cruz do Sul, Altemir Linhares de Mello, e a equipe da Assessoria de Promoção e Educação Tributária da Receita Estadual (Apet/RE), que assistiram a peça teatral “A Loja do Seu Zé”, criada e executada por um grupo de ex-alunos da escola. A mensagem da peça, “a importância da nota fiscal”, foi ratificada pela diretora Iony Terezinha Bündchen: “com o Programa de Educação Fiscal, pode-se fazer ma-

ravilhas na escola. Temos tudo o que é necessário, graças ao retorno dos tributos.” Ricardo Neves Pereira ressaltou a importância da aprovação do Projeto de Lei da Cidadania Fiscal e da Nota Fiscal Gaúcha. O governador Tarso Genro, na impossibilidade da presença física, manifestou através de um vídeo o valor da Educação Fiscal: “Nossas estruturas da Fazenda Pública do Estado têm uma enorme responsabilidade. E nesse caso, é uma enorme responsabilidade educativa, de educação fiscal. Nós sabemos que todo o sistema fiscal tem uma finalidade punitiva, de aplicação de multas, de polícia fis-

cal. Mas a mais importante finalidade do sistema fiscal deve ser a educação fiscal, que é uma educação para a cidadania e para uma responsabilidade comum com o governante.” As autoridades também participaram, acompanhados pelos alunos, do jogo “A Trilha da Cidadania” no pátio da escola. A secretária Claudete Cecília Heberle, comemorou sua vitória na Trilha: “a Rafaela (Rafaela Kniest) trouxe muita sorte, porque a cada movimento do dado, só tirávamos números altos. A vitória foi uma consequência da parceria com a Rafaela, pois a aprendizagem é uma constante troca de saberes.”



Foto: Greice Nichele—Apet/RE

Teatro de ex-alunos mostra a importância de pedir a nota fiscal.

Opinião

O Brasil precisa despertar para a educação fiscal e com ela, acabar com uma das formas de analfabetismo, que é o analfabetismo fiscal. Fenômeno que certamente abrange milhões de brasileiros que: têm apenas uma vaga ideia do que seja taxa, tributo e imposto; têm uma noção arraigada de que o Brasil é o campeão dos impostos, mas não dá satisfações sobre o destino deles; adotam várias con-

duas diárias que resultam em impostos indiretos, como o lixo jogado na rua e nos baldios. Existe o analfabetismo clássico, que é a incapacidade de leitura do que está escrito. Existe o analfabetismo político, para caracterizar os que leem o que está escrito, mas não sabem ler a realidade e muito menos votar conscientemente. Existe o analfabetismo científico, ou seja, a incapacidade de compre-

ender os avanços da ciência e da tecnologia. E existe o analfabetismo fiscal, uma espécie de atavismo impregnado no senso comum de que o imposto é uma forma de punição dos honestos, neste caso, sinônimo de otários. Parte do analfabetismo fiscal brasileiro é culpa de um Estado pouco esclarecedor em relação ao que faz com o dinheiro que arrecada. Atitude oposta, são os

“impostômetros”, mostrando em frações de segundo a voracidade da besta ou informando que o brasileiro trabalha mais de 140 dias por ano para alimentá-la. Melhor papel seria desempenhado por meio de campanhas informativas e educativas, afinal não existe Estado sem impostos.

Luiz Martins da Silva é jornalista, poeta e professor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília – UnB.

Iniciativa premia Educação Fiscal no país



Foto: Apet—RE

PEF/RS presente no lançamento do Prêmio Nacional de Educação Fiscal.

Estão abertas, até o dia 31 de julho, as inscrições para o I Prêmio Nacional de Educação Fiscal lançado pela Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite) no dia 16 de maio, no restaurante do Senado Federal, em Brasília. A iniciativa vai premiar projetos de escolas estaduais, municipais, particulares e universidades voltados à área de Educação Fiscal em suas comunidades locais.

Entre os principais pontos avaliados estão a importância social do tributo, das receitas públicas e da qualidade do gasto público. O regulamento completo pode ser conferido no site www.premioeducacaofiscal.com.br.

Os dez melhores projetos recebem um Certificado de Reconhecimento e destes, os três primeiros colocados receberão premiação em dinheiro no valor de R\$ 15 mil (primeiro lugar), R\$ 10 mil (segundo lugar)

e R\$ 5 mil (terceiro lugar), além do Troféu Prêmio Nacional de Educação Fiscal.

Para o presidente da Febrafite, Roberto Kupski, para que a sociedade valorize a importância do imposto, o Estado Brasileiro deve garantir a correta aplicação do tributo. “É preciso buscar a conscientização e a valorização do tributo”, afirma. O Prêmio Nacional conta com o apoio do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) que capacitou, através da Escola de Administração Fazendária (Esaf) em parceria com os Programas Estaduais de Educação Fiscal (PEF), em 2010, mais de 11 mil disseminadores de Educação Fiscal em todo país.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Boletim informativo produzido pela Assessoria de Promoção e Educação Tributária da Receita Estadual

Equipe responsável

Alexandre Luiz Bortolini
Tânia Santos Coelho de Souza
Carolina Klein
Greice Nichele
Maria Gabriela Gomes
Rafael Bastos Ribas

Endereço

Av. Mauá, 1155, sala 305 - A, Centro, Porto Alegre, RS
CEP 90030 - 080

Fone

51 - 32145500

E-mail

educacaofiscal@sefaz.rs.gov.br

Site

www.educacaofiscal.rs.gov.br



RECEITA ESTADUAL RS

Educação Fiscal lança concurso de redação no Estado

Alunos do ensino fundamental e médio das escolas públicas e particulares de todo o Estado podem se inscrever, até 15 de outubro, para o I Concurso de Redação lançado pelo Programa de Educação Fiscal do Rio Grande do Sul (PEF-RS).

A Olimpíada da Educação Fiscal, como foi chamado o Concurso, tem por objetivo despertar o interesse dos alunos para temas como a função socioeconômica dos tributos, a aplicação dos recursos públicos, as estratégias e meios para o exercício do controle democrático pelos estudantes, entre outros. O regulamento completo, pode ser conferido no site www.educacaofiscal.rs.gov.br.

Os participantes serão divididos em três categorias, onde devem compor uma redação de 12 a 25 linhas com os temas “Educação Fiscal – construindo o futuro na minha escola” (para alunos do 1º ao 5º ano); “Educação Fiscal – construindo o futuro na minha cidade” (do 6º ao 9º ano) e; “Educação Fiscal – construindo o futuro do meu país” (ensino médio).

O formato de apresentação pode ser narração, descrição,

dissertação ou poesia. E os três primeiros colocados de cada categoria recebem, respectivamente, um notebook, um videogame e uma máquina fotográfica. A escola do primeiro colocado de cada categoria também recebe um datashow como forma de premiação.



Foto: Greice Nichele — Apet.

Alunos do ensino fundamental e médio podem participar do concurso.

Mais de 650 Disseminadores de Educação Fiscal são capacitados no Estado

O Programa de Educação Fiscal (PEF-RS) concluiu mais uma etapa do Curso à Distância de Disseminadores de Educação Fiscal onde foram aprovados 559 alunos perfazendo 82% do público participante. Já o Curso de Metodologia de Projetos capacitou 95 dos 139 alunos inscritos.

A maior parte dos alunos é formada por professores da rede pública estadual e municipal. Mas desde 2011 os cursos foram expandidos para outros públicos contando também com a participação de conselheiros de políticas públicas.

As capacitações em Educação Fiscal no Estado são coordenadas pela Secretaria da Fazenda com apoio da Secretaria da Educação, em parceria com a Escola de Administração Fazendária (Esaf). Desde o início do Programa já foram capacitados no Estado, mais de 6500 educadores e funcionários públicos.

As inscrições para o segundo semestre do Curso de Disseminadores de Educação Fiscal já encontram-se disponíveis no site do PEF-RS (www.educaçãofiscal.rs.gov.br), podendo ser efetuadas até 5 de agosto. As atividades iniciam no dia 20 do mesmo mês.



Foto: Carolina Klein—Apet/RE.

Disseminadores: novo curso será oferecido a partir de agosto de 2012.

Programa Nota Fiscal Gaúcha inicia em agosto



Foto: Apet—RE.

Programa visa diminuir a sonegação e informalidade.

O Governo de Estado lança em agosto a Nota Fiscal Gaúcha (NFG), um programa de cidadania fiscal que prevê o aumento da arrecadação estadual através do estímulo da emissão de notas e cupons fiscais. Para tanto, serão sorteados premiações de até R\$ 18 milhões, em dinheiro.

O objetivo é diminuir a sonegação e a informalidade de certos setores do varejo promovendo uma maior justiça fiscal. Segundo o secretário de Estado da Fazenda, Odir

Tonollier, “esta é mais uma medida da Sefaz para acabar com a concorrência desleal entre aqueles que pagam seu imposto corretamente e aqueles que não emitem o cupom fiscal”.

A Lei que institui a Nota Fiscal Gaúcha (Programa de Cidadania Fiscal) foi aprovada no dia 12 de junho na Assembleia Legislativa com 48 votos. O programa conta com a participação das secretarias da Saúde, da Educação, do Trabalho e Desenvolvimento Social e do Esporte e Lazer, que trabalharão em conjunto com projetos e ações para promover uma maior participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social do Estado.

Como funciona o Programa

A Nota Fiscal Gaúcha substitui gradativamente o Programa Solidariedade através das trocas das tradicionais urnas pela plataforma virtual (Portal da Cidadania Fiscal). No site, o cidadão poderá se cadastrar para concorrer a prêmios e indicar projetos e entidades beneficiárias, além de acompanhar informações como pontuação, sorteios, destinação e aplicação das verbas repassadas. Serão distribuídos até R\$ 18 milhões para premiação dos cidadãos - que poderão chegar a R\$ 1 milhão em valores anuais por participante - e repassados até R\$ 20 milhões às entidades beneficiárias. A Lei também autoriza abrir no Orçamento do Estado o crédito suplementar no valor de R\$ 20 milhões.

Giro pelas cidades

As atividades em Educação Fiscal no Estado foram intensas nesse último trimestre.

Tivemos aulas presenciais, oficinas de projetos, histórias em quadrinhos e até reportagem divulgada na TV! Confira como foi:

Montenegro recebeu a equipe do Programa de Educação Fiscal (PEF-RS), no dia 12 de abril,

nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (Smec), no Parque Centenário para uma Oficina de Projetos ministrada à 15 professores da rede municipal de ensino.

No dia seguinte, foi a vez da tutora do Curso Disseminadores de Educação Fiscal (DEF), Janir Abelim, administrar sua aula presencial no Centro Administrativo Fernando Ferrari, em Porto Alegre. Já no dia 17, a também tutora do DEF, Patrícia Vasconcelos de Vargas realizou a aula presencial em Uruguaiana.

Seberi, a 423 km da Capital, recebeu no dia 24 de abril, a caravana da educação fiscal, composta por Alexandre Bortolini, Carolina Klein, Fátima Silveira, Olavo Schorr, Ivanice Schultes, Iara Alano Dias, Rogério Biondo, Simone Meirelles e Fábio Escobar, da equipe do PEF-RS. O encontro aconteceu na Escola Estadual Madre Tereza, onde 180 professores da rede municipal e estadual tiveram a oportunidade de participar da Oficina de Projetos em Educação Fiscal.

De Seberi, o grupo seguiu para Jacuizinho, onde realizaram, no dia 25, um trabalho com os professores



Foto: Apet—RE

Em Seberi, no norte do Estado, professores participam de Oficina de Projetos.

que participavam do curso DEF.

No dia 26, em Ijuí, a Caravana apresentou uma Oficina de Planejamento para 22 servidores da Delegacia da Receita Estadual de Santo Ângelo, no Hotel Jardim Europa. E na sequência, em Capão do Cipó, 20 professores da Escola Municipal de Ensino Fundamental estiveram presentes na Oficina de Projetos.

Em Lagoa Vermelha, no dia 25, o trabalho de educação

fiscal que é desenvolvido naquele município foi destaque em uma reportagem do Jornal do Almoço (RBS TV). Segundo a matéria, além do conhecimento cultural, o trabalho propiciou um melhor e mais efetivo entendimento da importância da nota fiscal, cujos recursos recolhidos pela arrecadação retorna aos cidadãos em serviços públicos de qualidade.

Em Gaurama, no dia 26, alunos da Zona Rural da cidade, tiveram uma aula de educação fiscal ministrada pelos servidores Laone Antônio Petry e Luiz Vitorio Todescat.

No dia 2 de maio, durante a Feira do Livro de Santa Maria, foi lançada a atividade “História em quadrinhos: um trabalho para aula de educação fiscal”, desenvolvido pela professora Beatriz Helena Bento Vissotto, da Escola Municipal Vicente Faencena, como parte do Programa Municipal de Educação Fiscal daquela cidade.

E para fechar o nosso giro pelas cidades, os professores das escolas municipais de educação fundamental Dom Pedro I, Sagrada Família e Perpétuo Socorro, de Roca Sales, participaram no dia 3 de maio da Oficina de Projetos em Educação Fiscal que aconteceu no Centro de Referência de Assistência Social do município.

Você sabia?

O ITCD (Imposto sobre a Transmissão “Causa Mortis” e Doação) é um imposto de competência estadual pago por quem recebe heranças, legados ou doações.

Para os casos de doações, todos os bens doados estão sujeitos a incidência do ITCD, entre eles imóveis, semoventes (animais), veículos, máquinas, jóias, dinheiro, participações societárias e outros.

A Lei Estadual nº 8.821 de 27 de janeiro de 1989 institui esse imposto que foi regulamentado pelo Decreto nº 33.156/89, conhecido como Regulamento do ITCD (RITCD).

Quem deve pagar?

Como regra geral, no caso de doações, o imposto é pago pelo doador quando este é residente e domiciliado no país.

Quando o doador não for residente no Brasil, quem paga o ITCD é quem recebe a doação.

Já para o caso da transmissão por “causa mortis”, obviamente quem paga esse imposto é o beneficiário. Ou seja, quem receber o bem ou direito transmitido.

Como se calcula o ITCD ?

A base de cálculo é o valor venal dos bens, títulos ou créditos transmitidos, conforme avaliação da Fazenda Pública Estadual ou avaliação judicial. À esse valor é aplicado então, no caso de Causa Mortis, a alíquota de 4%, e no caso de doação, a alíquota de 3%.

Em 2011, no Rio Grande do Sul, o ITCD arrecadou R\$ 253,53 milhões.

Galeria de fotos

Confira como foram as atividades de Educação Fiscal em várias cidades!



Lançamento do novo site de Educação Fiscal, Montenegro



Autoridades participam da Trilha da Cidadania em Montenegro



Alunos da Escola Yara Gaya, em Montenegro, acessam o novo site do PEF-RS



Turma da aula presencial do DEF em Uruguiana



Em Gaurama, alunos da zona rural participam de aula de Educação Fiscal



Alunos participam da Oficina de Histórias em Quadrinhos, em Santa Maria



Professores de Barra do Rio Azul em Oficina de Projetos



Atividades regadas à descontração na Oficina de Projetos em Barra do Rio Azul



Trabalho com crianças em Santiago.



Servidores da DRE de Santo Ângelo participam de Oficina de Planejamento



Em Seberi os professores compareceram em peso para a Oficina de Projetos



Secretário Odir Tonollier no Seminário do PEF-RS, em Veranópolis